

CPI INVESTIGA ATUAÇÃO DA FYPECAFI NA PRIVATIZAÇÃO DO BANESPA

Katia Abreu e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Equipe da Revista Adusp

Suspeita de fraudes no processo de privatização do Banespa expôs Fipecafi a investigação na Câmara Federal: a fundação privada sem fins lucrativos foi contratada sem licitação como “empresa de notória especialização”, mas subcontratou uma consultoria. Além disso, coordenou reuniões entre os avaliadores do banco, influenciando a definição do preço de venda

A Fipecafi, que se notabilizou publicamente quando noticiado que obtivera do Ministério da Educação permissão para abrir uma faculdade particular, está sob investigação, por motivos outros. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara Federal em agosto de 2001 para investigar irregularidades no processo de venda do Banespa colocou a Fipecafi sob suspeita de prática de fraudes na operação. Seu relator, deputado Robson Tuma (PFL-SP), anunciou, em dezembro, que pediria a quebra do sigilo bancário da fundação, para apurar se a entidade recebeu vantagens financeiras indevidas.

São duas as acusações de fraude. Uma diz respeito à contratação da Fipecafi pelo Banco Central. A outra tem a ver com o papel desempenhado pela fundação num suposto esquema para subavaliar o preço de venda do banco e favorecer a União, em detrimento do Tesouro Estadual.

A Fipecafi foi contratada pelo Banco Central, em 1998, sem licitação, para “estabelecer um plano de ação para viabilizar o processo de privatização do Banespa”, por R\$ 2,9 milhões.

No extrato de inexigibilidade de licitação, mandado publicar pelo Banco Central no *Diário Oficial da União* de 28.4.98, consta a seguinte justificativa: “serviços técnicos de natureza singular realizados por empresa de notória especialização” (inciso II do artigo 25 da Lei 8.666/93). Porém, a fundação

terceirizou seu trabalho, subcontratando a empresa BDO Directa Consultores S/C Ltda.

Um dos sócios da BDO Directa é o professor Ernesto Rubens Gelbke, do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA. Instituidor e ex-diretor da Fipecafi, o professor Gelbke atuou intensamente no processo de avaliação do Banespa, como demonstram relatórios da própria Fipecafi.

Figuravam entre as tarefas da fundação, previstas na cláusula 1ª do contrato com o Banco Central: “sugerir a metodologia de trabalho a ser utilizada no processo de avaliação do Banespa”, “definir os parâmetros a serem obedecidos para a avaliação do preço de venda”, “elaborar edital para seleção de empresa avaliadora”, “exercer a coordenação do processo de avaliação do Banespa” (*Contrato Secre/Direm 001/98*, p. 1-2). Note-se que o contrato permite, em sua cláusula 21ª, “a subcontratação dos trabalhos a critério da Fundação, desde que necessários à consecução do objeto”.

O contrato entre o Banco Central e a Fipecafi tem outras particularidades. Uma delas é que não somente a fundação está obrigada a manter sigilo em relação a assuntos confidenciais do banco. Também o Banco Central compromete-se a “manter em sigilo todas as informações de que venha a tomar conhecimento em razão da execução deste contrato, nada divulgando sem a aprovação da Fundação, por escrito, e fazendo essa exigência a seus servidores, às empresas contratadas ou subcontratadas pelo Banco Cen-

tral, exceto no que se refere a informações das quais dependa a execução do objeto deste contrato” (cláusula quinta, parágrafo d).

A privatização do Banespa foi precedida por uma avaliação do patrimônio do banco, a cargo de dois consórcios independentes, um contratado pela União (e liderado pelo Banco Fator), o outro contratado pelo Estado de São Paulo (consultorias Booz Allen Hamilton do Brasil Consultores Ltda e Deloitte Touche Thomatsu Consultores S/C Ltda).

As avaliações deveriam ser inteiramente estanques. Entretanto, a Fipecafi, na condição de coordenadora do processo, promoveu troca de informações entre os avaliadores, o que pode ter influenciado o preço final da venda do Banespa. Um relatório encaminhado pela Fipecafi ao Banco Central, em março de 2000, relaciona reuniões realizadas entre representantes do Banco Fator, do consórcio Booz Allen-Deloitte, do Banco Central e da própria Fipecafi, entre janeiro de 1999 e fevereiro de 2000.

Sobre reunião realizada em 5.3.99 entre representantes do Booz Allen-Deloitte, do Banespa e da Fipecafi, diz o relatório: “O objetivo maior consistia em que, respeitados os critérios e ponderações individuais de cada avaliador, o processo de avaliação pudesse ser culminado com resultados finais que sinalizassem o valor mínimo de avaliação econômica do Banespa, para ser levado a leilão, com divergência não superior a 10% entre os avaliados

FIPECAFI
 FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS
 (Órgão de Apoio Institucional ao Departamento de Contabilidade e Análise da FEA/USP)

114
R

- 18/11/99 – Reunião no Banco Fator, em São Paulo, entre representantes do Banco Fator (Tadini / Fonseca / Francisco / Nicholas / Ricardo), do Booz Allen (Ivan / Reinaldo / Laura / Manfrin), da Fazenda/SP (Isamu), do BANESPA (Abud) e da FIPECAFI (Bertholini / Dr. Eliseu), onde foram clarificadas e discutidas as metodologias, critérios, premissas e hipóteses praticadas pelos dois consórcios avaliadores, do que resultou valores cujo distanciamento foi inferior a 10%. Dessa forma, as partes (União e Governo do Estado de São Paulo) poderiam concluir suas tratativas e definir o valor final da transferência do controle acionário do BANESPA sem que houvesse necessidade de convocar um terceiro avaliador.

Fac-símile de relatório da Fipecafi

res”. E explica: “Ocorrendo divergência nas avaliações em montante superior a esse limite, os termos do contrato entre a União e o Estado de São Paulo requerem um terceiro avaliador, na qualidade de árbitro ou partidor”.

Mais adiante, o relatório, ao tratar de reunião ocorrida em 26.3.99, menciona “o início da troca de informações entre os avaliadores”. No dia 16.4.99, houve reunião em São Paulo entre representantes do Banco Central e da Fipecafi, para “troca de informações entre os consórcios”. No dia 30.9.99, o “Banco Fator apresentou a versão preliminar de sua avaliação do Banespa, bem como encaminhou ao Booz Allen certas informações”, com as quais “este poderia atualizar sua avaliação, para a mesma data-base”.

No dia 4.11.99, houve reunião “na Fipecafi, em São Paulo, entre os representantes do Banco Fator, do Booz Allen e da Fipecafi, onde se discutiu e clarificou (*sic*) alguns pontos de divergência na interpretação de certos fatos entre os dois

consórcios”.

A rodada de reuniões prosseguiu e, no dia 18.11, houve novo encontro, desta vez na sede do Banco Fator, “entre representantes do Banco Fator, do Booz Allen, da Fazenda-SP, do Banespa

*Relatório da Fipecafi
 é assinado por dois
 professores da FGV,
 um deles sócio da
 BDO Directa*

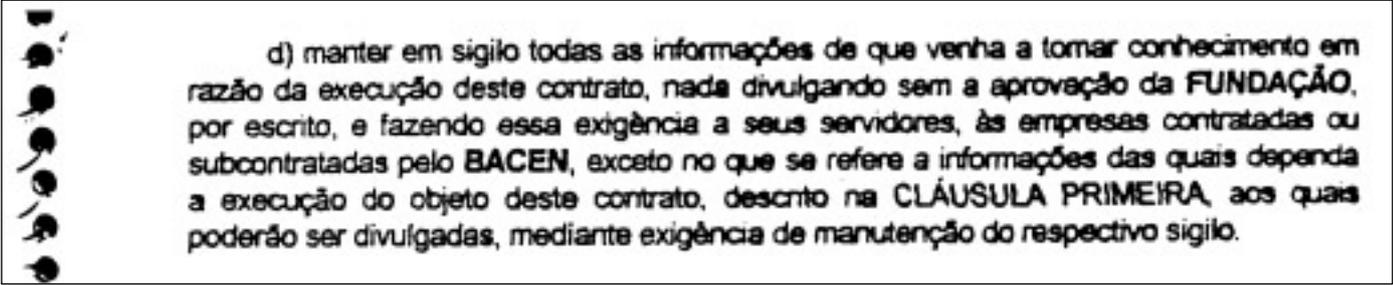
e da Fipecafi, onde foram clarificadas e discutidas as metodologias, critérios, premissas e hipóteses praticadas pelos dois consórcios avaliadores, do que resultou (*sic*) valores cujo distanciamento foi inferior a 10%. Dessa forma, as partes (União e Governo do Esta-

do de São Paulo) poderiam concluir suas tratativas e definir o valor final da transferência do controle acionário do Banespa sem que houvesse necessidade de convocar um terceiro avaliador”.

O relatório da Fipecafi, em papel timbrado da fundação, é assinado por dois especialistas que não integram o quadro de docentes da FEA: Ary Oswaldo Mattos Filho, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e Arthemio Bertholini, ambos professores da Fundação Getúlio Vargas. Bertholini é um dos sócios da BDO Directa.

“A comissão ficou surpresa com o relatório, em que se confessa explicitamente que o objetivo da fundação era garantir que a diferença nas avaliações não ultrapassasse 10%, o que acarretaria a contratação de uma terceira empresa”, conta o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

Ao final do processo, o Banespa foi avaliado em cerca de R\$ 2 bilhões e vendido ao banco espanhol



d) manter em sigilo todas as informações de que venha a tomar conhecimento em razão da execução deste contrato, nada divulgando sem a aprovação da FUNDAÇÃO, por escrito, e fazendo essa exigência a seus servidores, às empresas contratadas ou subcontratadas pelo BACEN, exceto no que se refere a informações das quais dependa a execução do objeto deste contrato, descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, aos quais poderão ser divulgadas, mediante exigência de manutenção do respectivo sigilo.

Fac-símile da página 6 do contrato entre o Banco Central e a Fipecafi

Santander por R\$ 7,050 bilhões. Mas o Estado de São Paulo somente recebeu R\$ 2,074 milhões. A União ficou com R\$ 4,975 bilhões.

Isso ocorreu porque foram modificados os termos originais do contrato entre Estado e União, previstos no “Aditivo ao Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações do Capital Social” do Banespa, de 23 de dezembro de 1997. Nesse aditivo, definia-se que “o preço definitivo da venda e compra ora pactuada será obtido pela alienação das ações do Banespa, no leilão de privatização”.

O acordo foi reformulado em 30 de novembro de 1999, pelo “Terceiro Termo Aditivo ao Contrato”, o qual fixou em R\$ 1,522 bilhão o preço do chamado bloco principal de ações do Banespa (9,547 bilhões de ações ordinárias, representando 51% do capital votante e 25,5% do capital total) e em R\$ 0,552 bilhão o preço do chamado bloco complementar (2,932 bilhões de ações ordinárias, representando 15,67% do capital votante e 7,83% do capital total).

De acordo com o “Terceiro Termo Aditivo”, o “preço total ajustado para a compra e venda” de ambos os blocos “corresponde proporcionalmente ao resultado da média aritmética das avaliações”. É onde entra a contestada atuação da Fi-

pecafi, coordenadora do processo de avaliação, uma vez que foi da “média aritmética das avaliações” e não mais da “alienação das ações no leilão de privatização” que resultou o preço final do Banespa.

Graças à mudança, o valor a ser pago pela União ao Estado foi pré-definido em R\$ 2,074 bilhões, independentemente do valor que viesse a ser obtido no leilão de privatização do Banespa. Por considerarem que o Tesouro Estadual sofreu prejuízo, parlamentares do PT e PSB entraram com ação popular em que requerem o pagamento ao Estado, pela União, dos R\$ 4,975 bilhões restantes.

“Até que ponto a atuação da Fipecafi não influenciou nesse valor?”, questiona o deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP). O presidente da CPI, deputado Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP), também indaga: “Se eram dois consórcios independentes para fazer a avaliação, por que eles se reuniram para chegar a um acordo sobre ela?”

Berzoini acredita que a subcontratação “é uma porta aberta para o desvio de dinheiro público e a falta de transparência na gestão pública”. Na sua opinião, o argumento de que as fundações privadas desempenham importante papel no fortalecimento das universidades serve como desculpa para que sejam garantidos in-

teresses de grupos econômicos. “É conveniente para o Banco Central contratar pessoas de sua confiança, e usam a fundação para fazer isso sem licitação”, acrescenta.

A CPI ouviu representantes dos consórcios envolvidos, bem como membros da Fipecafi, entre eles o professor Eliseu Martins, hoje diretor da FEA e membro do Conselho Curador da Fipecafi. O professor presidia a Fipecafi quando da contratação pelo Banco Central e foi um dos quatro coordenadores da equipe da fundação, participando de quase todas as reuniões citadas no relatório.

O prazo da CPI foi prorrogado por 60 dias. Para esclarecer essas questões, além de pedir a quebra de sigilo bancário da Fipecafi, a CPI pretende convocar os depoentes para prestarem novos esclarecimentos. Os parlamentares também anunciaram a disposição de requerer à fundação a relação de contratos firmados com a União e de contratos de terceirização deles derivados, para que se investiguem eventuais irregularidades em outros processos.

Solicitamos à assessoria de imprensa da Fipecafi um contato com os professores Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbke, para que comentassem as acusações da CPI. Não houve resposta até o fechamento desta edição.